

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.660.935 - SP (2017/0058624-9)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : FRAGA SOCIEDADE DE ADVOGADOS
EMBARGANTE : COOPSERV SOCIEDADE COOPERATIVA DOS
PROFISSIONAIS NA AREA DA SAUDE
ADVOGADOS : ANTONIO CELSO GALDINO FRAGA E OUTRO(S) -
SP131677
JOÃO MARCOS VILELA LEITE - SP374125
RICARDO DE CAMPOS FERREIRA AYRES - SP339922
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : JOSÉ PAULO SISTEROLLI BATISTA E OUTRO(S) -
SP352510

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCEITO DE ATO COOPERATIVO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. TEMA 536. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DOS PARTICULARES REJEITADOS.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por FRAGA SOCIEDADE DE ADVOGADOS e COOPSERV SOCIEDADE COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE contra decisão de minha lavra, assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ATO TÍPICO DA COOPERATIVA. INCIDÊNCIA DE PIS/COFINS SOBRE O PRODUTO DE ATO COOPERATIVO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. TEMA 536 - RE 672.215/CE). RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA PELO STF. SUSPENSÃO DO FEITO ATÉ O JULGAMENTO DO RE (fls. 2.742).

2. Em suas razões, os embargantes sustentam que o ponto fulcral neste feito é o de que a questão de fundo gira em torno de um tributo regulamentado por legislação local, em particular do ISS regulamentado pela Prefeitura do Município de São Paulo a partir, inter alia, da Lei Municipal 13.701, de 24.12.2003, e do Decreto Municipal 53.151, de 17.5.2012, que aprovou o Regulamento do ISSQN, cuja análise é descabida em sede de recurso extraordinário ou de recurso especial, a teor do verbete contido na Súmula 280 (fls. 2.748). Dessa forma, não seria necessário o

Superior Tribunal de Justiça

sobrestamento do recurso com base no tema 536 do STF.

3. Impugnação não apresentada (fls. 2.803).
4. É o relatório.
5. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado.
6. Conforme consta da decisão embargada, o tema dos autos - *conceito de ato cooperativo típico e atípico, na forma da Lei 5.764/1971, para fins de tributação* - é objeto de repercussão geral perante o STF (Tema 536 - RE 672.215/CE).
7. Ainda que se trate de tributo de esfera local, o conceito de ato cooperativo típico ou atípico para fins de tributação encontra-se em Repercussão Geral. Assim, por bem, aguardar o desfecho daquele julgado.
8. Dessa forma, rejeitam-se os Declaratórios dos Particulares.
9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR